

Exército abre inquérito contra coronéis de carta pró-golpe

Forças Armadas

Exército abre inquérito para investigar coronéis que pressionaram por golpe

Sindicância identificou oficiais autores e signatários de carta ao Comando em 2022; à PF, general Freire Gomes considerou o manifesto uma coação para que aderisse à ruptura

estadoigital#erika@libris.com.br

MONICA GUGLIANO

O Exército concluiu a sindicância aberta no ano passado e identificou os autores e signatários da chamada "Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro". O manifesto foi assinado por 37 militares e recebido pelo então ajudante de ordens do presidente Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, na noite de 28 de novembro de 2022 - véspera da publicação. O documento foi considerado pelo comandante da Força Terrestre na época, general Marco Antônio Freire Gomes, como uma pressão para que aderisse a uma tentativa de golpe de Estado.

O texto fazia considerações sobre compromissos dos militares com a legalidade e críticas veladas à atuação do Poder Judiciário no processo eleitoral. A carta concluía que os oficiais estavam "atentos a tudo que está acontecendo e que vem provocando insegurança jurídica e instabilidade política e social no País". "Ademais, preocupa-nos a falta de imparcialidade na narrativa dos fatos e na divulgação de dados, por parte de diversos veículos de comunicação."

Por ordem do atual comandante do Exército, general Tomás Paiva, quatro oficiais que escreveram o documento passaram a responder a um Inquérito Policial Militar (IPM), pois foi detectado que há "índices de crime". O IPM terá 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para ser concluído.

O Ministério Público Militar (MPM), que é fiscal das investigações, pode requerer novas diligências e incluir outros entre os 26 militares identificados por assinarem o documento e que receberam punições disciplinares entre advertências, repreensões e detenções.

O Estadão teve acesso ao resultado da apuração que apontou a participação de 12 coronéis, nove tenentes-coronéis,



Mauro Cid em setembro de 2023, quando foi solto; carta foi encontrada no celular do tenente-coronel

WILTON JUNIOR / ESTADO - 9/9/2023

um major, três tenentes e um sargento. Dos quatro que redigiram o documento - que os demais assinaram -, dois são coronéis da ativa: Alexandre Castilho Bitencourt da Silva e Anderson Lima de Moura.

Os outros dois redatores do documento estão na reserva: Carlos Giovani Delevati Pasini e José Otávio Machado Rezo Cardoso. Procurados, os oficiais não foram encontrados para comentar a conclusão das investigações internas.

Outros 11 militares, mesmo com o nome na carta, deram explicações consideradas suficientes por seus superiores e, por isso, não sofreram nenhuma punição.

PERFIS. Alexandre Bittencourt da Silva comandou o 6.º Batalhão de Polícia do Exército até fevereiro de 2022. Na época da carta, havia deixado o cargo para morar em Santiago, no Chile, com o objetivo de realizar a pós-graduação em Condução de Políticas Estratégicas de Defesa, na Academia Nacional de Estudos Políticos e Estratégicos (ANEPE). Após retornar ao Brasil, foi alocado no Departamento-Geral do Pessoal do Exército.

Já Anderson Lima de Moura esteve, pelo menos até 2021, alocado no Departamento de Educação e Cultura do Exército e é coordenador-pedagógico na Academia Militar das Agulhas Negras.

Para lembrar

Ex-comandante implicou Bolsonaro em depoimento

● Oitiva

O general Marco Antonio Freire Gomes depôs por quase oito horas no dia 1.º de março, na sede da Polícia Federal (PF) em Brasília. O general foi ouvido como testemunha no inquérito que apura uma tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022

● GLO

O general afirmou que Bolsonaro convocou reuniões no Palácio da Alvorada, após o segundo turno, e "apresentou hipóteses de utilização de institutos jurídicos como GLO (Garantia da Lei e da Ordem), estado de defesa e sítio em relação ao processo eleitoral"

● Minuta

A minuta golpista apreendida pela PF teria sido apresentada

em um encontro na residência oficial no dia 7 de dezembro de 2022, segundo o ex-comandante do Exército. "Bolsonaro informou que o documento estava em estudo e depois reportaria a evolução aos comandantes", diz um trecho do termo de depoimento

● Carta

A PF questionou o ex-chefe do Exército sobre a carta escrita por oficiais da ativa quando bolsonaristas radicais acampavam próximo a instalações das Forças Armadas. O texto pedia medidas para "manutenção da GLO e da preservação dos poderes constitucionais"

● Ataques

Freire Gomes disse que considerou a iniciativa uma tentativa de fazer pressão para adesão ao plano golpista. "Após verificarem que comandantes não iriam aceitar ato contra democracia, começaram a realizar ataques pessoais"

Militares ouvidos pela reportagem afirmaram que não têm conhecimento, na história recente das Forças Armadas, de que alguma manifestação política resultasse em inquéritos policiais militares que pudessem levar a punições criminais, como acontece neste caso.

DEPOIMENTO. A carta foi encontrada no celular de Mauro Cid durante as investigações da Polícia Federal, após o depoimento do ex-comandante Freire Gomes, que revelou a existência do documento. Segundo ele, o objetivo era pressioná-lo a aderir a uma tentativa de golpe, no dia 8 de janeiro de 2023, logo depois da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Sil-

va, quando as sedes dos três Poderes em Brasília foram invadidas e depredadas.

Ao assumir o comando do Exército, o general Tomás Paiva determinou a abertura da sindicância para identificar os militares que assinaram e escreveram o manifesto, bem como as punições que haviam sido aplicadas a cada um deles.

Conforme determina o regulamento disciplinar, os militares poderiam ou não ser punidos pelos seus comandantes imediatos, que também determinariam a pena, que vai de uma advertência até a detenção. A sindicância mostrou que, dos 37, somente 26 receberam penalidades. O Ministério Público Militar pode requerer que os outros 11, que não tiveram nenhuma sanção, também sejam investigados.

A carta teria sido articulada por militares nos dias posteriores ao segundo turno das eleições de 2022, quando as conspirações a favor de um golpe aumentavam. O texto dizia que "covardia e injustiça são as qualificações mais abominadas por soldados de verdade".

Em depoimento à PF, Freire Gomes já falava em punições. Disse também que a manifestação dos oficiais da ativa era ilícita, que fora feita com o objetivo de pressioná-lo e que só tomou conhecimento do fato por meio do Centro de Comunicação Social do Exército.

CRÍTICAS. Naqueles dias que antecederam fatos suspeitos de integrar uma conspiração para uma tentativa de golpe no País, bolsonaristas e militares que apoiavam a permanência do então presidente no cargo - sob a alegação de que as eleições haviam sido fraudadas - trocavam acusações e faziam pesadas críticas aos generais do Alto-Comando do Exército.

Estes, por sua vez, rejeitavam a ruptura democrática e lembravam aos insurgentes que militares são proibidos por leis e regulamentos de se manifestar coletivamente se sobre atos de superiores, em caráter reivindicatório ou político. O Alto-Comando ainda alertava os que haviam assinado o manifesto mostrando que o ato traria consequências e punições. ●

Adesão

37 militares assinaram o manifesto ao Alto-Comando

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 7